

Empatando o jogo

PAULO RABELLO DE CASTRO

O Governo acaba de demonstrar sensibilidade e coragem política, ao reconhecer publicamente que estava faltando fazer a sua parte no plano de estabilização. Os outros planos falham por causa disso. Mete-se numa situação de compromisso inadiável, bem ao estilo do Executivo, ao ordenar a "limpa" da Administração Direta num prazo não superior a sessenta dias, que parece coincidir, justamente, com outro prazo fatal, este último de cem dias, de estabilizar a taxa inflacionária num patamar não superior a 3% ao mês. E o estilo Collor, que não tem perdão para a ineficiência, já que o Brasil está farto das desculpas sucessivas da era Sarney.

Agora o jogo é para valer; é jogo de campeonato. O Governo vem, de fato, fazendo uma rápida reciclagem dos lances iniciais do seu plano. Com extrema vivacidade, vem corrigindo vários rumos, cabendo destacar, primeiro, a flexibilização dos preços na economia, para evitar o letal prolongamento do congelamento de preços. Esse equívoco seria simplesmente fatal para destruir a estabilidade dos preços no futuro, pois não há nada mais certo do que a inflação reaparecendo após um longo controle de preços. Em segundo lugar, o Governo vem reforçando sua defesa, também, no flanco monetário, pela elevação, embora tímida, da taxa de juros e pela calafetagem dos furos existentes nas conversões de cruzados novos para cruzeiros. Em terceiro lugar, o Governo se apressa em dar sinais de que a economia é um espaço da livre iniciativa e não do perpétuo intervencionismo, quando volta a anunciar a intenção de privatizar, e privatizar logo.

As primeiras medidas para empatar o jogo contra a inflação estão sendo tomadas ainda do meio-campo para a defesa, o que é fundamental para garantir que o placar não se deteriore ainda mais. Porém, é insuficiente para armar tentos sobre o grande adversário. O jogo contra a inflação é, sobretudo, um jogo de controle dos fluxos da moeda e do crédito.

O que se tem visto, por ora, é o oposto do que se poderia esperar. No primeiro mês do Plano, o papel-moeda emitido foi em volume superior a 170 bilhões de cruzeiros. Passados mais de 30 dias, durante abril, o papel-moeda continuou a ser emitido em proporções dramáticas — mais de 100 bilhões de cruzeiros. Falou de cruzeiros. Se computado o efeito do poder liberatório dos cruzados novos convertidos no período, que circularam amplamente para pagar impostos, dívidas etc., a expansão efetiva de moeda chega aos limites do perigo iminente para os objetivos do Plano.

E o crédito? De fato, como me dizia recentemente o engenheiro francês Paul Paulallion, arguto observador da cena brasileira há muitos anos, esqueceu-se de considerar que a vazão da

barragem tem que ser controlada também à jusante, em adequados canais de irrigação aos consumidores dessa liquidez, que são as empresas. Mas à falta de leilões de cruzados novos que propiciassem essa adequada irrigação, o que se vê é a extrema desigualdade entre segmentos inundados de cruzeiros — na ponta do consumo — e segmentos ressecados de toda liquidez, justamente na ponta dos investimentos, que criam empregos.

Para ganhar esse jogo, o Governo precisa recuperar a lógica da produção, que começa com a retomada de uma conduta pró-empresarial (que comentaremos na próxima semana) e pelo efetivo controle dos fluxos de emissão de moeda e de irrigação do crédito.

Para tanto, é forçoso reconhecer que o Governo todavia não conseguiu alterar radicalmente o regime monetário do País. Isso é mais do que apenas fazer uma política monetária mais apertada. Repito: elevar os juros não é condição suficiente para alterar as condições institucionais de controle e circulação da moeda no País. Não é fácil compreender este ponto, mas acabaremos chegando lá. E o Governo depende disso para ganhar o jogo.

Para implantar-se um novo regime monetário no País, não basta (nem é preciso) mudar o nome do dinheiro, nem aprisionar o estoque de moeda preexistente, como foi feito em 16 de março, nem muito menos confundir aumento da liquidez com aumento de quantidade de moeda. O fundamental, num regime monetário de alta credibilidade, é, na frente de tudo, a qualidade institucional do gestor monetário. Porém, isso não implica que o Presidente do Banco Central seja melhor ou pior; pelo contrário, implica a independência política da instituição mesma, ou seja, o próprio Banco Central, livre para atuar. Hoje, temos um Presidente da República comprometido até a raiz dos cabelos com a queda da inflação, o que é ótimo. Mas, para o público, a qualidade da moeda nacional não pode ser garantida permanentemente por ninguém que não seja duradouro, e só uma instituição politicamente livre, como um Banco Central independente, pode fazer seus objetivos serem duradouros.

Desde a década de 20, tem-se tentado no Brasil tornar a instituição que controla a moeda um órgão tão independente quanto o é um tribunal, no Judiciário. Não é, portanto, por falta de apoio de certas áreas, nem desconhecimento do que se faz em outros países. Porém, nunca o poder político deseja criar, para si mesmo, um controle externo suficientemente forte e visível ao público. Por quê? É matéria para reflexão do Presidente, num momento tão difícil em que assume o ônus de afastar tanta gente do serviço público, em benefício do equilíbrio financeiro do Estado, ao mesmo tempo em que começa a grassar o desemprego no setor privado. Uma demonstração tão inequívoca de vontade de acertar poderia se materializar na criação de um órgão que contracénasse com sua própria vontade no controle da moeda. Assim fazendo, entraria para a História como o homem que conduziu o País para a modernidade institucional e para a respeitabilidade internacional da moeda brasileira que, afinal, é o símbolo do que somos.